



INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

**Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)**

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Investigação Científica nas Ciências Humanas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	Investigação científica nas ciências humanas [recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Humanas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-391-0 DOI 10.22533/at.ed.910191806 1. Ciências humanas. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II.Série. CDD 300.72
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Investigação Científica nas Ciências Humanas - Parte 1” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

O papel da investigação científica é amplamente debatido em todos os países desenvolvidos e conseqüentemente, faz parte de todas as agendas políticas. Assumamos, pois, a importância da investigação científica que levamos a cabo pela pertinência dos estudos desenvolvidos face à de outros, e pelo impacto dos resultados junto da comunidade científica.

No caso da investigação científica em educação, é muito acentuada a relação entre investigação e política ou, se assim se quiser pensar, a dimensão política da investigação. Com efeito, a escolha dos temas reflete as preocupações dos investigadores, seja no aprofundamento de referenciais teóricos, seja na compreensão de problemas educativos e formas de os resolver.

É possível afirmar que sem pesquisa não há ensino. A ausência de pesquisa degrada o ensino a patamares típicos da reprodução imitativa. Entretanto, isto não pode levar ao extremo oposto, do professor que se quer apenas pesquisador, isolando-se no espaço da produção científica. Por vezes, há professores que se afastam do ensino, por estratégia, ou seja, porque do contrário não há tempo para pesquisa. Outros, porém, induzem à formação de uma casta, que passa a ver no ensino algo secundário e menor. Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso: o ensino é a razão da pesquisa, se não quisermos alimentar a ciência como prepotência a serviço de interesses particulares. Transmitir conhecimento deve fazer parte do mesmo ato de pesquisa, seja sob a ótica de dar aulas, seja como socialização do saber, seja como divulgação socialmente relevante. (DEMO, 2001)

Para que se tenha um progresso na qualidade do ensino nos seus diversos níveis é necessário que a pesquisa exerça o papel principal dentro e fora de sala de aula, e que apresente um elo para com a prática pedagógica do docente, promovendo uma formação crítica e reflexiva.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS BRASILEIROS SOB ANÁLISE: PENSANDO AURORAS POSSÍVEIS	
Lorena Santos da Silva Paula Côrrea Henning	
DOI 10.22533/at.ed.9101918061	
CAPÍTULO 2	11
A EXPERIÊNCIA DE SER CRIANÇA EM WALTER BENJAMIN	
Eduarda Aleycha Luciano Santana Paula Ramos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9101918062	
CAPÍTULO 3	23
A GEOPOLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS NA “DOCTRINA TRUMP” E A ORDENAÇÃO MUNDIAL	
Matheus Seiji Bon im Takiuchi	
DOI 10.22533/at.ed.9101918063	
CAPÍTULO 4	35
A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Paula Scherer Mariela Camargo Masutti	
DOI 10.22533/at.ed.9101918064	
CAPÍTULO 5	46
SEXUALIDADE E SUAS ARTICUÇÕES NO ESPAÇO DE ENSINO APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS	
Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9101918065	
CAPÍTULO 6	61
A INFLUÊNCIA DO ESPAÇO CÊNICO NA CENA SHAKESPEARIANA: IMPASSES DA MONTAGEM DO HAMLET DO TEATRO DE ARTE DE MOSCOU	
Edilaine Dias	
DOI 10.22533/at.ed.9101918066	
CAPÍTULO 7	73
A OBRA SPACCIO DE LA BESTIA TRIONFANTE: COMO REFLEXO DA CRISE RELIGIOSA ENTRE REFORMADOS E CATÓLICOS NO SÉCULO XVI	
Raimundo Pedro Justino de Orlanda Ideusa Celestino Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9101918067	
CAPÍTULO 8	85
A PARADIPLOMANIA NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÕES	
Lucas Lima Da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.9101918068	

CAPÍTULO 9	98
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UM ESTUDO SOBRE ESCOLAS ESTADUAIS	
Letícia Prevideli Scarabello Vera Lucia Messias Fialho Capellini	
DOI 10.22533/at.ed.9101918069	
CAPÍTULO 10	107
APRENDENDO MATEMÁTICA ATRAVÉS DE RECURSOS LÚDICOS: UM ESTUDO VOLTADO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Andressa Nunes Martins	
DOI 10.22533/at.ed.91019180610	
CAPÍTULO 11	116
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO USO DE DROGAS EM MULHERES QUE CONVIVEM COM DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	
Ana Maria Kuse Cassandra Borges Bortolon	
DOI 10.22533/at.ed.91019180611	
CAPÍTULO 12	130
ATIVIDADE EXTRATIVISTA MADEIREIRA E URBANIZAÇÃO NO EXTREMO SUL DA BAHIA (1948-1972)	
Luísa Dias Silva Márcio Soares Santos	
DOI 10.22533/at.ed.91019180612	
CAPÍTULO 13	139
COMPREENSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO POR ATORES DO TURISMO: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DA UNESP – CAMPUS DE ROSANA	
Guilherme Henrique Barros de Souza Elisama de Souza Franco Leticia Sabo Boschi	
DOI 10.22533/at.ed.91019180613	
CAPÍTULO 14	151
CRIATIVIDADE: CAMINHOS, DESVIOS E RETOMADA	
Maria Luiza Ramos Tonussi Eliane Patricia Grandini Serrano	
DOI 10.22533/at.ed.91019180614	
CAPÍTULO 15	163
DESPERTANDO UM OLHAR GEOGRÁFICO E AMBIENTAL NOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA E.E. JOSEPHA CUBAS DA SILVA SOBRE A CANALIZAÇÃO DOS CORPOS HÍDRICOS	
Fábio César Martins Thiago José de Oliveira Márcia Cristina de Oliveira Mello	
DOI 10.22533/at.ed.91019180615	

CAPÍTULO 16	175
DOM VITAL E A QUESTÃO RELIGIOSA NO SEGUNDO REINADO	
Rodrigo Dantas de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.91019180616	
CAPÍTULO 17	194
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BICA DO IPU, CEARÁ: DESAFIOS PARA A BUSCA DE SUSTENTABILIDADE	
Francisca Lusimara Sousa Lopes Vanda Claudino Sales	
DOI 10.22533/at.ed.91019180617	
CAPÍTULO 18	198
EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA AOS TRABALHADORES DO PROJETO PROFISSÃO CATADOR DA UNICRUZ: ORGANIZANDO SABERES PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA	
Ieda Márcia Donati Linck Esther Teixeira Carvalho Ane Elise de Souza Fiuza	
DOI 10.22533/at.ed.91019180618	
CAPÍTULO 19	211
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO ATRAVÉS DO MODELO DE NEGÓCIO CANVAS	
Cláudia Rafaela Schneiders Roberto Schuster Ajala Luciana Scherer Lucas Ivan Grimm	
DOI 10.22533/at.ed.91019180619	
CAPÍTULO 20	227
ESCOLA SEM PARTIDO: LUTA IDEOLÓGICA NO ESPAÇO ESCOLAR	
Eduardo Danilo Ribeiro dos Santos Aparecida Maria Almeida Barros	
DOI 10.22533/at.ed.91019180620	
SOBRE A ORGANIZADORA	237

A PARADIPLOMANIA NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÕES

Lucas Lima Da Cruz

Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília –
UNESP
Marília/SP

RESUMO: Com o fim da Guerra Fria, nos deparamos com uma nova ordem a nível global, ganham importância temas como: meio ambiente, direitos humanos, cooperação econômica, desenvolvimento sustentável, etc. Nesse processo, novos atores surgem apresentando novas demandas de espaço, agindo transnacionalmente, e pensando os novos temas da agenda internacional. A ação paradiplomática dos municípios e estados já era existente, porém será nesse período que haverá a sistematização do debate a esse respeito e a busca de formular teoricamente os novos problemas e ações. A paradiplomacia ganha status de área de conhecimento e merece novas reflexões.

PALAVRAS-CHAVE: Atuação internacional subnacional. Paradiplomacia. Questões contemporâneas

PARADIPLOMACY IN A CHANGING WORLD

ABSTRACT: With the end of the Cold War, we are faced with a new global order, such as: environment, human rights, economic

cooperation, sustainable development, etc. gained importance. In this process, new actors emerge presenting new space demands, acting transnationally, and thinking about the new themes of the international agenda. The paradiplomatic action of the municipalities and states was already in existence, but it will be during this period that the debate will be systematized in this respect and the search to formulate theoretically the new problems and actions. Paradiplomacy gains knowledge-area status and deserves further reflection.

KEYWORDS: International Subnational Action. Paradiplomacy. Contemporary questions

1 | INTRODUÇÃO

É recorrente dentro da literatura que aborda as questões acerca da atuação internacional das unidades subnacionais uma correlação direta deste fenômeno com o advento da globalização; afirma-se que ao final do século XX, com o fim da Guerra Fria, uma nova ordem global foi imposta pelo acirramento da globalização e os desdobramentos que o fim do conflito bipolar trouxe para o contexto global. Sobretudo, são sobre essas perspectivas que, a partir da década de 1980, as discussões de cunho da ordem e da governança global se tornam mais efetivas; ambas caminham *pari*

passu ao se pensar nos processos e nas características do sistema internacional, que ora convivem com uma única potência mundial de ordem hegemônica, ora os países configuram-se em alianças para estabelecerem equilíbrios entre os poderes, dentre outras formas percebidas na história

No momento em que as hegemônias declinam, as fronteiras (e os muros que as selam) desaparecem, quando nas cidades de todo o mundo as praças estão repletas de cidadãos que desafiam as autoridades, quando as alianças militares perdem sua viabilidade (para mencionar apenas algumas das muitas mudanças que estão transformando a política mundial), as perspectivas de ordem e da governança mundiais tornaram-se um tema transcendente. À medida que aumenta a amplitude dessa transformação, com a intensificação do seu ritmo, mais urgentes se fazem as questões relacionadas com a natureza da ordem e da governança. (ROSENAU, 2000, p. 1).

Duchacek (1990) também corrobora com esta visão e classifica como sendo uma característica crescente e que teve o início com o fim da Primeira Guerra Mundial, acelerou com os processos que se deram no período posterior à Segunda Guerra Mundial e, com o fim da Guerra Fria, tornou-se uma característica global e regional do processo de interdependência que culminou no mundo.

A atuação transnacional das unidades subnacionais e das regiões é configurada, portanto, como um processo que foi acirrado e decorrente da globalização e do fim do conflito bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética. O autor Michael Keating, pensa na globalização a partir de aspectos mais positivos sob seus efeitos:

[...] A globalização e a ascensão dos regimes transnacionais, especialmente as áreas de comércio regional, diluíram a distinção entre assuntos internos e externos e, da mesma forma, transformaram a divisão de responsabilidades entre o Estado e os governos subestatais. (KEATING, 2004, p. 49).

Alguns autores figuram a globalização a partir deste aspecto descentralizador, o qual pôs fim a barreiras e limites entre os assuntos locais e internacionais, bem como trouxe o “encolhimento” de fronteiras, estes processos teriam sido cruciais na transformação do Estado-nação diminuindo sua importância e, abrindo assim, um espaço para a atuação das unidades subnacionais. Este aspecto último é amplamente debatido pela teórica Saskia Sassen, em seu texto que trata da questão do Estado e da nova geografia de poder: “[...] mas não é muito simples afirmar, como é frequentemente feito, que a globalização econômica trouxe uma diminuição na importância do estado nacional.”, a autora está em busca de compreender quem ocuparia os espaços do Estado nacional e quem teria a legitimidade de governar a economia global e impor suas regras.

As reflexões de Rosenau (2000) acima citadas, assim como outros teóricos que pensam o contexto do pós Guerra Fria e o acirramento da globalização, apesar de passíveis de questionamentos, nos permitem compreender de que forma essas

questões de nova ordem e de governança global foram pensadas à luz das literaturas da época. O teórico prossegue e traz novos aspectos do seu pensamento ao dizer que “[...] Sob muitos aspectos, os governos ainda funcionam e retêm sua soberania; no entanto, como observamos anteriormente, uma parte de sua autoridade foi transferida para coletividades subnacionais [...]” (ROSENAU, 2000, p. 14).

2 | A TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO

Apesar dos esforços para conceber teoricamente os aspectos dessa atuação ganharem maior visibilidade dentro da academia somente a partir da década de 1980, era da compreensão dos teóricos de que essa atuação internacional subnacional já era existente e só tomou maiores proporções devido a inúmeras transformações que já foram descritas acima - transformações de ordem econômica, política, social e até mesmo de governança global.

Após alguns aspectos primordiais sobre o contexto em que se insere o debate inicial acerca da paradiplomacia, torna-se pertinente abordar de que forma o conceito da atuação das unidades subnacionais foi abordado ao longo dos anos, quais foram os marcos conceituais ao longo do tempo, quais são as principais terminologias e quais os aspectos práticos que cada conceito trouxe consigo.

A crescente na literatura acerca da constituição de um conceito que abarcasse os novos desafios globais também acirrou na década de 1980, motivados por um aumento na atuação dos entes subnacionais. As principais publicações que contemplavam o tema à luz dos acontecimentos da época foram escritos norte-americanos e europeus, os quais surgiram com maior veemência entre a década de 1980 e 1990. Os principais autores que se propuseram a pesquisar sobre tal questão foram: Soltados (1990), Duchacek (1990), Kincaid (1990), Cornago (2000), dentre outros autores brasileiros, argentinos, estado-unidenses, canadenses, espanhóis etc., que se debruçaram sobre a temática.

A ação internacional das unidades subnacionais não é algo recente, Soltados (1990) aponta para um exemplo de 1882, em que a cidade de Québec já atuaria por meio de agentes na cidade de Paris, além disso, apontou para diversas cidades da Europa que também iniciaram um processo de atuação externa. A partir de um salto temporal, o autor faz uma diferenciação entre os processos ocorridos em 1882 e a nova forma de atuar externamente, a partir das décadas de 1960 e 1970, as mudanças ocorreram principalmente na esfera da soberania estatal, ocorrera um processo de erosão da soberania dos governos estatais. Essa atuação de atores subnacionais, como as regiões, comunidades urbanas e cidades e atores transnacionais, como as multinacionais, teria atribuído aos atores subnacionais a conceituação de novos atores da política externa.

Noé Cornago, 2004, inserido em um contexto espanhol de atuação internacional das unidades subnacionais, pensa o conceito também enquanto “paradiplomacia”, e

define tal atuação da seguinte maneira:

[...] envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (*ad hoc*), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência institucional. (CORNAGO, 2004, p. 251).

Noé Cornago conjuga a paradiplomacia a partir de um termo que resume bem a sua concepção da atuação subnacional, o termo *ad hoc*, ou seja, seu pensamento baseia-se muito nos proveitos as quais os governos subnacionais podem ter com tal empreendimento, com resultados socioeconômicos e políticos claros.

Panayotis Soltados (1993), cientista político, foi um dos precursores da literatura especializada nos principais aspectos da atuação das unidades subnacionais, ao escrever sobre o tema, ele fez uso do termo “paradiplomacia” para a formulação de uma teoria que abordasse o tema, e definiu-a da seguinte maneira:

O termo paradiplomacia - usado na literatura especializada - refere-se à atividade internacional direta de atores subnacionais (unidades federadas, regiões, comunidades urbanas, cidades) apoiando, complementando, corrigindo duplicidades ou desafiando a diplomacia dos estados-nação, o prefixo “para” indica a uso da diplomacia fora do quadro tradicional do Estado-nação. (SOLTADOS, 1993, p. 46).

Já em torno da conceituação em si da atuação das unidades subnacionais, também existem inúmeras linhas e até mesmo controvérsias; um dos termos mais conhecidos para definir tal forma de atuação é o de “paradiplomacia”, mas outros termos são amplamente utilizados.

Sobre ambas as discussões levantadas acima sobre atuações subnacionais que apoiam, complementam ou desafiam o Estado-nação foram amplamente estudadas por Ivo Duchacek (1984, p. 5) envolto em um contexto estado-unidense, sobretudo no Estado da Califórnia, ele apresentou o conceito de “microdiplomacia” como sendo “[...] o conceito e a prática de tais ramificações internacionais da política territorial autônoma [...]”, ou seja, este termo era utilizado por ele para abordar as atividades internacionais realizadas por governos não-centrais, ao passo que o conceito da “macrodiplomacia” seria

[...] duas formas da paradiplomacia são identificadas: regimes transfronteiriços (predominantemente baseados em processos consociativos informais) e “microdiplomacia global” que trazem governos constituintes, incluindo os das grandes cidades, em contato direto, com governos nacionais e constituintes. (DUCHACEK, 1984, p. 5).

Ambos os termos partiriam de um mesmo conceito, o conceito da “paradiplomacia”.

Tanto a macrodiplomacia quanto a microdiplomacia estariam sob óticas de apoio, complemento à diplomacia tradicional, entretanto, ele também nos apresenta uma distinção entre atuações internacionais conjugadas e as conflitantes, esta receberia a nomenclatura de “protodiplomacia”, que, segundo o autor,

[...] isto está em contraste com as atividades paradiplomáticas no exterior, principalmente relacionadas a questões econômicas, sociais e culturais. A protodiplomacia representa trabalho preparatório diplomático para uma futura secessão e para o reconhecimento diplomático internacional de tal ocorrência. (DUCHACEK, 1988, p. 22 apud AGUIRRE, 1999, p. 190).

John Kincaid (1990) ao operar no sentido de trazer percepções sobre as discussões que colocam em voga os conflitos e os processos de cooperações provenientes da atuação dos governos não-centrais, ele traz um novo conceito, classificando tal atuação como “constituent diplomacy”, sua principal motivação era encontrar uma via neutra entre atuações subnacionais conflituosas e cooperativas, restaurando um termo que correspondesse com sua teoria:

[...] Se os governos constituintes apoiarem um sindicato nacional, a diplomacia constituinte provavelmente trará benefícios econômicos e políticos para a nação e suas regiões. Além disso, devido ao desejo de união, é provável que os governos constituintes exerçam autocontrole e respeitem os poderes atribuídos ao governo geral. O principal perigo para a unidade nacional deriva de governos constituintes que representam “nações” distintas que desejam se retirar do sindicato ou de governos constituintes que, de outra forma, desejam obter autonomia significativa à custa dos poderes sindicais. Em tais casos, no entanto, a diplomacia constituinte é uma reflexão, não uma causa, do conflito interno. [...] (KINCAID, 1990, p. 72).

John Kincaid (1990), a partir da tentativa de criação de um termo abrangente, não faz distinção como as feitas pelo autor Duchacek (1990), pelo contrário, ele busca compreender as motivações de ações internacionais subnacionais que visem a separação ao invés de enquadrá-las em um novo conceito.

Brian Hocking (1993) compartilha de uma visão que destoa das principais correntes de pensamento da atuação internacional de governos não-centrais, ou seja, destoa das teorias que iniciaram um longo debate sobre essa questão, como os debates trazidos por Soldatos (1990), Duchacek (1990), dentre outros; sua própria conclusão acerca da “natureza” dos atores aqui em discussão, é que eles se constituem enquanto atores mistos, a partir da dicotomia de atores estatais e atores não estatais, ou ainda “atores condicionados pela soberania” (*sovereignty-bound*) ou “atores livres de soberania” (*sovereignty-free*). Conforme ele mesmo explicita “[...] A idéia, então, das *NGCs* engajadas em” novas formas “de diplomacia - sejam chamadas de “microdiplomacia”, “protodiplomacia” ou qualquer outra - é substituída por uma tentativa de ajustá-las aos padrões cambiantes da política mundial.” (HOCKING, 1993, p. 42). A distinção entre termos que apontassem para diferentes formas de atuação dos governos não-centrais, como micro e protodiplomacia, criaria ainda mais dissidências

entre os Estados-nação e as unidades subnacionais.

Sua perspectiva está baseada no seguinte excerto: “A ênfase dessa perspectiva está na variedade de papéis que eles podem assumir e nos pontos do ciclo de políticas onde esses papéis são desempenhados.” (HOCKING, 1993, p. 5). A ideia da existência de apenas dois níveis de diplomacia é uma das principais críticas do autor, ele concebe essa visão como uma simplificação da realidade, que é demasiadamente complexa, a partir disto, ele cria o conceito de “multilayered diplomacy approach”, que se traduz em “diplomacia multicamadas”:

Não é necessário enfatizar que a diplomacia contemporânea se tornou um exercício muito mais complexo à medida que a diplomacia interna e internacional está cada vez mais interligada. As conseqüências disso podem ser resumidas em termos de seu impacto em atores, metas e estratégias. No que diz respeito aos atores envolvidos na diplomacia de múltiplas camadas, a ênfase nos NGCs forneceu um exemplo e mostrou a gama de papéis que eles podem assumir. (HOCKING, 1993, p. 201).

A citação acima contribui para “concluir” os aspectos mais práticos da visão de Brian Hocking (1993), que nos traz contribuições também para pensar criticamente sobre as diversas maneiras de pensar e repensar os conceitos utilizados para as atuações não provenientes dos Estados-nação, compreendendo as limitações de conceitos, compatibilizando os conceitos e as questões práticas e afins.

Embora existam inúmeras tentativas de conceituar a atuação internacional das unidades subnacionais, o termo paradiplomacia ainda continua sendo o mais utilizado dentro desta literatura e, ainda que existam divergências, é inegável a contribuição que a literatura que cunhou este termo trouxe para este campo de estudo crescente dentro das Relações Internacionais. Entretanto, será utilizado aqui o termo atuação internacional subnacional (ou dos governos não-centrais), atuação internacional estadual (da Califórnia) e até mesmo atuação internacional dos entes federados.

3 | AS MOTIVAÇÕES DA ATUAÇÃO INTERNACIONAL DOS GOVERNOS NÃO-CENTRAIS

Essas novas coletividades subnacionais participaram dos recorrentes processos de descentralização à época, aspectos transnacionais, que exigiam cooperação ao invés do conflito bipolar que havia tomado espaço por tanto tempo da cena internacional, temáticas como “[...] dinâmica do ambiente poluído, das crises monetárias, dos ataques terroristas, da *Aids* e do tráfico de drogas propõe desafios que ultrapassam as fronteiras nacionais e a rivalidade das superpotências [...]” (ROSENAU, 2000, p. 38). A emergência destes temas perpassou as fronteiras do Estado nacional ao ponto de exigirem respostas a níveis regionais e locais, as cidades buscavam atender as principais demandas da população por meio da atração de investimentos, do

desenvolvimento local, de políticas públicas que visam melhorias em diversas áreas do desenvolvimento humano etc..

Compreender as motivações da atuação internacional das unidades subnacionais passa, indubitavelmente, pela compreensão dos processos históricos, sociais, econômicos, culturais etc., que estavam em voga, enquadrando o momento da atuação dos governos não-centrais como parte presente diante de uma enorme gama de acontecimentos da época. Essa questão pode ser traçada a partir de uma linearidade histórica, a qual, de certa forma, abriu campo para a crescente de novos atores internacionais, como as questões levantadas acima. Entretanto, é necessário conjugar as diferentes visões acerca de como ocorreram tais processos históricos, bem como sobre as principais motivações dos novos atores internacionais.

Conforme foi escrito José Blanes Sala e Clara Maria Faria Santos, no empenho de compreender o reconhecimento dos municípios como sujeitos de Direito Internacional Público, partem dos seguintes pressupostos “[...] interesse da análise está nos municípios como entidades locais de governo mais próximas dos indivíduos [...]” (SALA; SANTOS, 2009, p. 23).

Em complementação aos motivos apontados acima para o início e possíveis motivações da atuação internacional das cidades é preciso compreender o papel dos municípios dentro das suas possibilidades de atuação e como tal atuação visa benefícios efetivos para as populações. Ivo Duchacek traz contribuições para pensar sobre o pioneirismo dos municípios na ação social e do bem-estar, compreendendo os fatores de atuação internacional como um artífice do processo de implementação de educação, serviços sociais e promoção de bem-estar social em geral.

[...] devemos nos lembrar de que, historicamente, os governos não centrais nos sistemas federais há muito tempo precederam o governo nacional naquilo que hoje chamamos de funções de bem-estar ou serviço social dos estados modernos. A educação, os serviços sociais e o bem-estar geral estavam nas agendas dos autarquias locais e provinciais muito antes do “nacionalismo socialista”; isto é, muito antes de os governos nacionais começarem a criar várias agências, ministérios e departamentos para lidar com o bem-estar individual e de grupo. (DUCHACEK, 1990, p. 9).

Os governos locais, as cidades, as províncias e demais entes, sofreram inúmeras transformações em consonância com algumas mudanças descritas aqui. O processo crescente de urbanização nos anos, as transformações sociais e econômicas dentro dos municípios, o aumento dos níveis de disparidades econômicas urgiu para ações mais enérgicas das próprias cidades, ações para além do apoio existe do Estado-nação, que por muitas vezes se encontram afastados dos reais problemas locais por aparatos administrativo-burocráticos. Estas emblemáticas são pensadas à luz da cooperação descentralizada, o autor Eugene D. Zapata Garesché traz tais aspectos com propriedade para sua argumentação:

Além disso, com a descentralização, o chamado princípio da “subsidiariedade” é cada vez mais aplicado, o que implica que as decisões sobre políticas públicas sejam tomadas o mais próximo possível do lugar onde serão aplicadas. Isto trouxe consigo um considerável aumento nos poderes e faculdades dos governos locais, que foram investidos com novas responsabilidades que não competiam com eles antes. (GARESCHÉ, 2007, p. 22).

A partir deste pensamento dos processos que foram cunhados ao longo da trajetória dos municípios, Bogéa, compreendendo quais foram os contextos globais que trouxeram aspectos da permissibilidade aos municípios, relata: “[...] envolvidos no complexo processo de globalização, esses atores vêm gradualmente disputando – e conquistando – espaços na agenda internacional com os governos centrais e se consolidando como agentes de dinâmica internacional.” (BOGÉA, 2001, p. 4).

Também é possível perceber os esforços de Mariano e Barreto (2004) ao pensar quais eram as principais motivações das unidades subnacionais a partir do momento em que elas conjugaram ações internacionais para fins benéficos locais:

Ante o novo imperativo da competitividade e da inserção nos espaços econômicos globais, os governos subnacionais são induzidos a desenvolver um novo tipo de protagonismo, conjugando estratégias e iniciativas diferenciadas voltadas, de um lado, para a atração de investimentos, a renovação da base econômica e a modernização da infraestrutura e, de outro, para a melhoria da qualidade de vida, a integração social e a governabilidade. (MARIANO; BARRETO, 2004, p. 22).

Em consonante com as motivações na busca por internacionalizarem-se, Michael Keating (2004, p. 54-58), apresenta três grandes inclinações para que houvesse um engajamento na atuação internacional: econômica, política e cultura. A motivação econômica estaria estritamente ligada à busca pela modernização de infraestruturas, busca de financiamentos para projetos locais, espaços urbanos de atração turística, criação de novos setores empregatícios e novas vagas de emprego, isso favoreceria de certa forma as empresas locais, a partir da criação desta conexão com o exterior; algumas regiões buscam, por meio desse processo de internacionalização, desenvolver-se a ponto de situar-se na economia global.

Algumas regiões, cidades, províncias, cantões e afins também se projetam internacionalmente a partir de uma identidade nacional e cultural daquele espaço, regiões com um próprio idioma, essas questões, acopladas a um projeto político de desenvolvimento nacional, trariam autonomia à região nestes aspectos, no que tange à política e à economia

Politicamente, as regiões também são dotadas de motivos para se projetarem internacionalmente, do ponto de vista das regiões que possuem projeto nacionalista, elas internacionalizam-se em busca de reconhecimento e legitimidade, mas também pode ser cunhada por um viés que não seja separatista, ou seja, a projeção internacional surge no intuito de auxiliar no processo de criação de um projeto de nação “[...] O cenário internacional é usado como plataforma para construção regional interna, ou

para projeção dos padres políticos mesmo em regiões sem movimentos nacionalistas.” (KEATING, 2004, p. 57).

4 | QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

É importante recuperar os contextos globais para o dito “boom” da paradiplomacia, ou seja, o período em que este tema suplantou na literatura e encontrou um enorme espaço dentro dos teóricos das relações internacionais, pois o contexto existente na época, que seja o fenômeno da globalização, o encurtamento das noções espaciais e temporais providas pela tecnologia, temas que exigiam a cooperação e não o aumento das barreiras entre os países etc., não encontram solos férteis nas discussões atuais ou sequer nos contextos globais da atualidade. E, apesar da globalização econômica ter sido o fenômeno que determinou a ascensão do desenvolvimento da temática da paradiplomacia pelo mundo, novos fenômenos surgem, nos dias atuais, como fatores determinantes e motivacionais para que as unidades subnacionais se engajem internacionalmente.

Nas últimas décadas do século XX, ao mesmo tempo em que se intensificava a globalização, o projeto da União Europeia passou a esbarrar em antigas reivindicações autonomistas e independentistas, a partir da emergência de movimentos estruturados sobre uma base étnico-nacionalista. O desmembramento nacional passou a ser visto como a solução para reivindicações de identidades: cada país pode transformar-se em vários outros [...]. (CHAGAS, 2014, p. 753).

Um dos maiores acontecimentos para a trajetória da paradiplomacia, e que dialoga com a citação acima, foi a tentativa da Catalunha em separar-se da Espanha, a população da província Catalã foi a plebiscito em 2017 votar para decidirem-se pela separação do resto do país, o plebiscito foi favorável, entretanto ainda existem empecilhos que a própria Espanha colocou para que não ocorresse o processo de separação. “Sabe-se que atualmente, em função principalmente da crise econômica espanhola, o movimento catalão ganhou outra perspectiva, com forte tendência separatista.” (CHAGAS, 2014, p. 755).

Grandes acontecimentos dos cenários internacionais contemporâneos são responsáveis pela recuperação de antigos diálogos. Um acontecimento notório têm sido o *Brexit*, fenômeno que se iniciou desde 2016, quando o Reino Unido manifestou o desejo por sair da União Europeia, promovendo uma onda de discussões que colocava em voga a integração econômica, política, cultural etc. dos dias atuais, considerando o papel que o bloco europeu representava neste quesito. Desde todos os anos de existência da União Europeia é a primeira vez que um país decide por abandonar este projeto europeu.

A onda crescente de imigrações no continente europeu, sobretudo causadas pela maior crise de refugiados que o mundo está sendo acometido, trouxe com maior assiduidade os discursos nacionalistas que envolviam o fechamento de fronteiras,

discursos xenofóbicos gerados pelos locais de cada país etc., “[...] o imigrante, mesmo que não tenha cometido atos ilegais, é aquele que sempre carrega a potencialidade da ilegalidade, o que serve para justificar o aparato de segurança.” (BALIBAR, 2004, p. 62 apud VELASCO, 2014 p. 59). Isso corroborou para que presidentes que levantavam a bandeira nacionalista tivessem uma maior visibilidade e, em alguns casos, fossem eleitos para governarem os países.

No lado dos países emissores, formando a primeira ponta da atual crise migratória, estão países localizados no centro e no norte da África, além daqueles no Oriente Médio. Em sua grande maioria, são países que passaram pela já pretérita Primavera Árabe e não conseguiram sustentar uma trajetória rumo a uma democracia liberal [...] enquadram-se aqui Líbia, Marrocos, Egito, Argélia, Lêmem e Síria, por exemplo, considerando que a este último se agrega a questão do Estado Islâmico. (COSTA JÚNIOR, 2016, p. 23).

As eleições norte-americanas surgem nessa onda nacionalista e protecionista que vem tomando espaço nos cenários internacionais, a eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos colocou fim a uma política que vinha sendo adotada pelos presidentes anteriores desde 1945, a onda liberal econômica “[...] a administração Trump parece sinalizar endurecimento sobre temas como segurança e migrações e agenda protecionista para o comércio, atingindo inicialmente com mais vigor o México.” (VIGEVANI; MAGNOTTA, 2017, p. 2).

Além disso, em seus discursos presidenciais, bem como em seu primeiro ano enquanto presidente, ele teria adotado uma série de medidas que reforçaram seu *modus operandi*, retirou os Estados Unidos de uma série de tratados que haviam sido assinados por Barack Obama, por exemplo, estabeleceu medidas mais rígidas contra os imigrantes e refugiados, além de uma postura extremada em relação à Coreia do Norte, em que ambos os países trocaram mensagens de dissuasão por meio de testes nucleares.

A América Latina passa por uma grande guinada conservadora; por um longo período de tempo, as nações latino-americanas se guiaram por políticas de cunho da esquerda, ou mesmo centro-esquerda, entretanto, os anos que se seguem trouxeram novas perspectivas para os países, pois os (as) novos (as) presidentes têm se guiado por uma agenda política com caráter mais conservador e liberal, impactando de diversas formas a forma como ocorre a cooperação e o desenvolvimento das nações tanto no que tange aos blocos, como em se tratando da política externa dos mesmos.

Durante a primeira década dos anos 2000, os governos progressistas fizeram uso intensivo de mecanismos regionais para a proteção da democracia um aspecto distintivo do chamado regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico. Dada a falta de precisão e a ampla margem de manobra que esses instrumentos permitem aos executivos, vale a pena perguntar se os novos governos serão igualmente propensos a usá-los (embora na direção oposta a seus predecessores) ou, ao contrário, alienarão o governo. -se uma característica distintiva, precisamente, deste novo ciclo. (PALESTINI; CLOSA, 2016).

5 | CONCLUSÃO

Ao longo do artigo foi explorado o aspecto teórico-conceitual acerca dos entes federados. A partir da tentativa de compreender a história e trajetória da atuação internacional dos atores não-centrais; para isso, foi necessário se utilizar das principais bibliografias sobre o tema, revisar os teóricos mais utilizados ao estudar esta forma de atuação, conhecer as motivações que, historicamente, levaram os atores subnacionais a exercerem uma atuação internacional e afins.

Por fim, acredita-se que os novos acontecimentos tiveram impactos significativos na forma de pensar a atuação internacional subnacional, tanto na motivação pelo qual as unidades subnacionais internacionalizam-se, como a forma de atuar em um mundo em constantes transformações.

REFERÊNCIAS

BOGÉA FILHO, Antenor Américo Mourão. **A diplomacia federativa: do papel internacional e das atividades externas das unidades federativas nos Estados nacionais**. 2001. Tese (XLII Curso de Altos Estudos) - Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF, 2001.

CHAGAS, Rodolfo Pereira das. Catalunha: uma nação sem Estado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2014. Rio de Janeiro. **Anais...** Porto Alegre: Ed. Letra 1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. p. 752-760.

CORNAGO, Noé. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo Ocidental. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; Ed. da UNESP; EDUSC; FAPESP, 2004.

COSTA JÚNIOR, Carlos Nogueira da. Crise migratória na Europa em 2015 e os limites da integração Europeia: uma abordagem multicausal. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 1, p. 19-33, jan./abr. 2016.

CREMADES, Miguel T.; NOVAK, Petr. **Brexit and the European Union: General institution and legal considerations**. Bruxelas: European Parliament, 2017. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=IPOL_STU\(2017\)571404](http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=IPOL_STU(2017)571404)>. Acesso em: 20 jan. 2017.

DUCHACEK, Ivo D. Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis.

Federalism and international relations: the role of subnational units. New York: Oxford University Press, 1990. P. 1-33.

_____. The international dimension of subnational self-government. **Publius**, New York, Federated States and International Relations, v. 14, n. 4, p. 5-31, Autumn, 1984.

FRY, E. H. The United States of America. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. (Ed.). **Federalism and International Relations: the role of subnational units**. 2 ed. New York: Oxford University Press, 2001. p. 276-298.

_____. **The expanding role of state and local government in US Foreign affairs**. New York: Council on Foreign Relation Press, 1998.

GARESCHÉ, Eugene D. Zapata. **Manual práctico para internacionalizar la ciudad: Guía para la acción exterior de los gobiernos locales y la cooperación descentralizada Unión Europea-América**

Latina. Diputación de Barcelona, 2007. v.1.

HOCKING, Brian. Regionalismo: uma perspectiva as relações internacionais. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC, Editora UNESP, EDUSC, FAPESP, 2004.

KEATING, Michael. Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estrategias. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC, Editora UNESP, EDUSC, FAPESP, 2004.

KINCAID, John. Constituent diplomacy in federal politics and the Nation-state: conflict and cooperation. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. New York: Oxford University Press, 1990.

MARIANO, Marcelo Passini e BARRETO, Maria Inês. Questão subnacional e integração regional: o caso do Mercosul. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC, Editora UNESP, EDUSC, FAPESP, 2004.

MCMILLAN, S. L. Subnational foreign policy actors: how and why governos participate in U.S. **Foreign Policy Analysis**, Columbia, v. 4, p. 227-253, 2008.

MIKLOS, Manoela Salem. **A inserção internacional de unidades subnacionais percebida pelo Estado nacional: a experiência brasileira**. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de pós-graduação San Tiago Dantas (PUC, UNESP E UNICAMP), São Paulo, 2010.

PALESTINI, Stefano; CLOSA, Carlos. Defensa de la democracia ou autodefensa: las organizaciones regionales y la protección de la democracia em América Latina y el Caribe. **Pensamiento Proprio**, v. 21, n. 44, p. 145-178, jul./dez. 2016.

PASQUARIELLO, Karina L.; MARIANO, Marcelo Passini. A Formulação da Política Externa Brasileira e as Novas Lideranças Políticas Regionais. **Perspectivas**, São Paulo, v. 33, p. 99-135, 2008.

ROSENAU, James N. Governance and democracy in a globalizing world. In: ARCHIBUGI, Daniele; HELD, David; KÖHLER, Martin. **Re-imagining political community**. Cambridge: Polity Press, 1998. (Studies in cosmopolitan democracy).

_____. **Along the domestic-foreign frontier: exploring governance in a turbulent world**. Cambridge: Polity Press, 1997. (Studies in International Relations).

_____. **Turbulence in World Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

_____; CZEMPIEL, Ernst-Otto (ed.). **Governance without government: order and change in world politics**. 5. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2001.

SASSEN, Saskia. El Estado y la nueva Geografía del poder. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC, Editora UNESP, EDUSC, FAPESP, 2004.

SCHREURS, Miranda A. From the Bottom Up: Local and Subnational Climate Change Politics. *The Journal of Environment & Development*, v. 17, n. 4, p. 343-355, dez/2008.

SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy

actors. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. New York: Oxford University Press, 1990. P. 34-53.

_____. Cascading subnational paradiplomacy in an interdependent and transnational world. In: BROWN, D.; FRY, E. (org.). **States and Provinces in the International Economy**. California: Institute of Governmental Studies Press, University of California, 1993. p. 45-64.

VELASCO, Suzana de S. L. **Imigração na União Européia: uma leitura crítica a partir do nexó entre securização, cidadania e identidade transnacional**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

VIGEVANI, Tullo. Problema para a atividade internacional das unidades subnacionais: Estados e municípios brasileiros. **RBCS**, v. 21, n. 62, p. 127-139 out/2006.

VIGEVANI, Tullo; MAGNOTTA, Fernanda. Os atores externos: agendas e estratégias dos Estados Unidos para a América Latina. **Pensamiento Proprio**, v. 21, n. 44, p. 179-216, jul-dez/2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-391-0

